

MONITOR DO ACORDO DE PARIS



Boletim Nº 25 -Novembro/2024

Introdução

Este é o Boletim Mensal do Monitor do Acordo de Paris, que acompanha os principais andamentos do processo de negociações do Acordo de Paris, incluindo reuniões, workshops, comunicados oficiais, prazos para submissões e publicação de documentos, bem como identifica as submissões apresentadas pelo governo brasileiro no processo. Os andamentos reportados são aqueles ocorridos até o último dia do mês de referência.

*O Boletim apresenta **andamentos retroativos**, relativos ao mês anterior; e **andamentos futuros** em relação ao mês presente, baseados na publicação de documentos e programação de eventos disponíveis nas agendas oficiais do website da UNFCCC. Também são apresentados os prazos abertos e as submissões de documentos pelas Partes e órgãos da UNFCCC.*

*Os andamentos são separados de acordo com os **principais eixos temáticos** das negociações do Acordo de Paris: Mitigação, Adaptação, Perdas e Danos, Mercados de Carbono, Financiamento, Florestas, Gênero, Transparência, Balanço Global, Compliance, Capacitação Técnica, Medidas de Resposta, Comunidades Locais e Povos Indígenas, Ação para o Empoderamento Climático, Pesquisa, Tecnologia e Transição Justa. Para assuntos que dizem respeito a todo o processo de negociações e ao sistema da UNFCCC, usamos a categoria Geral.*

*Ao final da edição, você encontra um **glossário** com os termos mais recorrentes usados no documento.*

*Os andamentos são reportados de forma a descrever os acontecimentos e sua relevância no **processo das negociações**. Para maior aprofundamento sobre o **conteúdo** das discussões em cada evento descrito, poderão ser acessados **os links indicados no andamento**. Os links remetem à transcrição original dos documentos mencionados, pautas e atas de reuniões, submissões apresentadas, gravações de eventos, relatórios técnicos referidos e páginas de internet de eventos oficiais. Todas as informações divulgadas são oficiais e obtidas por meio do website da UNFCCC.*

Neste boletim mensal, não há qualquer tipo de análise crítica da equipe do Observatório do Acordo de Paris da LACLIMA sobre os andamentos, mas opiniões técnicas poderão ser emitidas sobre assuntos específicos em outras publicações adjacentes. Se tiver interesse em saber mais a respeito das nossas opiniões técnicas, fale com a gente pelo e-mail info@laclima.org.

Para entender cada eixo temático das negociações e os assuntos que estão em pauta, e saber mais sobre os órgãos do Acordo de Paris mencionados, recomendamos ler este Boletim em conjunto com as publicações "[Acordo de Paris: um guia para os perplexos](#)" e "[Rumo à COP: edição COP 29](#)".

Boa leitura!

Equipe Observatório do Acordo de Paris

LACLIMA

Nesta edição:

Em **outubro**, tivemos andamentos relacionados aos temas de:

Adaptação, Balanço Global, Financiamento, Florestas, Mercado de Carbono e Transparência.

Em **novembro**, além da Conferência das Partes, a programação de eventos inclui andamentos relacionados aos temas de:

Mercado de Carbono, Povos Indígenas e Comunidades Locais e Transição Justa.

Há chamados de submissões **ativos e com prazos em aberto** sobre os temas de:

Adaptação, Agricultura, Balanço Global, Medidas de Resposta, Perdas e Danos, Povos Indígenas e Comunidades Locais, Transição Justa e Transparência.

Em **outubro** foram apresentadas **manifestações do governo brasileiro** sobre os temas de:

Geral e Transição Justa.

Confira abaixo!

Aconteceu em Outubro:

Geral

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Nomeação de Pares Ministeriais para consultas informais.

Data: 08.10.2024.

Órgão envolvido: Presidência da COP.

Resumo: A Presidência da COP anunciou a nomeação de pares ministeriais para conduzir as consultas informais antes e durante a COP 29, conforme segue:

(i) Mitigação: Tore Onshuus Sandvik (Noruega) e Dion Travers George (África do Sul).

Perguntas orientadoras:

Quais elementos de um resultado implementável você espera que façam parte de um pacote geral de mitigação na COP 29?

Como podemos aproveitar os resultados de trabalhos relevantes para moldar o resultado de mitigação na COP 29?

(ii) Adaptação: Eamon Ryan (Irlanda) e Franz Tattenbach (Costa Rica).

Perguntas orientadoras:

O que é necessário para elevar a adaptação ao nível de urgência e apoio que ela demanda e para catalisar o cenário de adaptação? Quais deveriam ser, em sua opinião, os resultados do primeiro ano do Programa de Trabalho EAU-Belém?

Dada a grande diversidade de modalidades e canais para ação e apoio à adaptação, que arranjos podem catalisar uma avaliação periódica do cenário de adaptação, de forma a garantir alinhamento de sinergias e tomada de decisão informada?

(iii) Artigo 6: Grace Fu Hai Yien (Singapura) e Simon Watts (Nova Zelândia).

Perguntas orientadoras:

Que convergência e/ou resolução é necessária para finalizar a orientação para as questões de: (a) autorização para ITMOs e A6.4ERs; e (b) sobre registros?

Dado que há múltiplas formas de relatar informações sobre participação em abordagens cooperativas, pode-se dar flexibilidade às partes em sua abordagem para autorização?

Mudanças ou revogações de autorização são permitidas? Se sim, em que circunstâncias?

O Registro Internacional do Artigo 6.2, provido pela UNFCCC, pode ter as funcionalidades de: (a) manter e transferir ITMOs; e (b) “extrair e visualizar” dados de ITMOs? Em caso afirmativo, que disposições adicionais são necessárias para realizar ambas as funcionalidades?

Podemos alcançar a plena operacionalização do mecanismo do Artigo 6.4 (Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris — PACM) ao endossar, por meio da decisão respectiva da CMA, o trabalho do Órgão de Supervisão e solicitar que ele acelere seu trabalho?

Links relacionados: Cartas sobre [mitigação](#), [adaptação](#) e [Artigo 6](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Nota informativa sobre o Dia da Informação da Terra 2024.

Data: 25.10.2024.

Órgão envolvido: SBSTA.

Resumo: O presidente do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) preparou uma nota informativa antes do Dia da Informação da Terra 2024.

Links relacionados: [nota](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Nota conjunta dos Órgãos Subsidiários antes da SB 61.

Data: 25.10.2024.

Órgão envolvido: SBSTA e SBI.

Resumo: Os presidentes do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) e do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) prepararam uma nota conjunta antes da 61ª Sessão dos Órgãos Subsidiários (SB 61). O objetivo da nota é fornecer às Partes e aos stakeholders que participarão da SB 61 uma visão geral da abordagem dos presidentes para as sessões, incluindo aspectos programáticos e organizacionais.

Links relacionados: [nota](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório de Síntese sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Data: 28.10.2024.

Órgão envolvido: Secretariado da UNFCCC.

Resumo: O relatório sintetiza informações das 168 contribuições nacionalmente determinadas mais recentes comunicadas por 195 Partes do Acordo de Paris e registradas no registro de contribuições nacionalmente determinadas até 9 de setembro de 2024.

Links relacionados: [relatório](#).

Adaptação

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: 46ª reunião do Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos.

Data: 01.10.2024.

Órgão envolvido: SBI.

Resumo: O relatório resume os eventos da 46ª reunião do Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG), realizada de 19 a 22 de agosto de 2024. A reunião abordou as prioridades e necessidades de apoio dos países menos desenvolvidos, discutiu com representantes do Fundo Verde para o Clima e organizações relevantes o apoio oferecido a esses países, além de tratar da situação da formulação e implementação de planos nacionais de adaptação nos LDCs.

Links relacionados: [relatório](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Metodologia para desenvolvimento dos perfis de país “Estado das Ações de Adaptação pelas Partes” (SoA).

Data: 31.10.2024.

Órgão Envolvido: Comitê de Adaptação.

Resumo: Os perfis de país SoA incluem informações sobre as ações de adaptação realizadas por cada país que é Parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e/ou do Acordo de Paris. Esses perfis são únicos, pois fornecem informações detalhadas e abrangentes por país, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao longo das dimensões do ciclo iterativo de adaptação. Eles incluem informações sobre ações de adaptação realizadas, em andamento ou planejadas, conforme relatado nos relatórios e comunicações nacionais pertinentes à adaptação submetidos ao secretariado da UNFCCC.

Links Relacionados: [relatório](#).

Balanço Global

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: Relatório sobre o Primeiro Diálogo Anual de Balanço Global.

Data: 18.10.2024.

Órgão envolvido: Secretariado da UNFCCC.

Resumo: Conforme solicitado pelo SBSTA e pelo SBTI, o Secretariado publicou um relatório que resume as deliberações do primeiro diálogo anual de balanço global, realizado de 6 a 7 de junho de 2024 em Bonn.

Links relacionados: [relatório](#).

Financiamento

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatórios da 35ª reunião do Comitê Permanente de Finanças.

Data: 18.10.2024.

Órgão envolvido: Comitê Permanente de Finanças.

Resumo: O Comitê Permanente de Finanças publicou novos relatórios concluídos em sua 35ª reunião, que incluem:

1. Minuta de arranjos entre a Conferência das Partes da UNFCCC, a Conferência das Partes que serve como Conferência das Partes do Acordo de Paris e o Conselho do Fundo de Perdas e Danos.
2. Relatório sobre práticas comuns em relação a definições de finanças climáticas, métodos de relatório e contabilidade.
3. Relatório da 35ª reunião do Comitê Permanente de Finanças.

Links relacionados: relatório [1](#), [2](#) e [3](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatórios do programa de trabalho ad hoc sobre a Nova Meta Coletiva Quantificada para Financiamento Climático (NCQG).

Data: 15.10.2024.

Órgão envolvido: Programa de trabalho ad hoc da NCQG.

Resumo: O relatório contém informações sobre o trabalho conduzido pelos co-presidentes do programa de trabalho ad hoc em 2024, incluindo diálogos técnicos com especialistas e reuniões realizadas no âmbito do programa. Apresenta um resumo dos diálogos e reuniões, bem como reflexões dos co-presidentes sobre o trabalho realizado em 2024.

Links relacionados: [relatório](#) e [adendo](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Aumento do financiamento climático para a implementação de NAPs e NDCs em países em desenvolvimento.

Data: 22.10.2024.

Órgão envolvido: Troika das Presidências da COP.

Resumo: A Troika publicou uma carta sobre seu plano para fomentar o diálogo sobre abordagens eficazes de financiamento climático que possam gerar resultados concretos para países em desenvolvimento. A discussão focará em desenvolver soluções práticas para superar desafios e barreiras, como altos custos de capital e restrições fiscais, com o objetivo de explorar maneiras de mobilizar financiamento climático para apoiar os esforços de mitigação e adaptação. O objetivo é desbloquear o potencial completo do financiamento climático para promover o progresso na implementação das NDCs e Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) em países em desenvolvimento, conforme as necessidades identificadas no primeiro Balanço Global (GST).

Esta discussão é independente das questões de negociação em aberto sobre a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) de financiamento climático.

A Troika convida os participantes a focarem suas intervenções nas seguintes áreas:

Como o financiamento climático pode ser mobilizado em grande escala para fechar as lacunas financeiras identificadas pelos resultados do GST?

Como o financiamento climático pode apoiar efetivamente a implementação das NDCs e NAPs, considerando as barreiras e desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento?

Como a crescente lacuna no financiamento de adaptação pode ser abordada e melhor alinhada com as prioridades dos países em desenvolvimento, dividindo-se em etapas gerenciáveis e investíveis para atrair financiamento?

Links relacionados: [carta](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Orientação preliminar para o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para o Meio Ambiente Global.

Data: 25.10.2024.

Órgão envolvido: Comitê Permanente de Finanças.

Resumo: O Comitê Permanente de Finanças enviou para consideração da COP e da CMA um relatório com a orientação preliminar destinada ao Fundo Verde para o Clima e ao Fundo para o Meio Ambiente Global.

Links relacionados: [relatório ao GEF](#) e [relatório ao GCF](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Sexta Avaliação Bienal e Visão Geral dos Fluxos de Financiamento Climático.

Data: 28.10.2024.

Órgão envolvido: Comitê Permanente de Finanças.

Resumo: O Comitê Permanente de Finanças publicou a versão final do relatório técnico sobre a Sexta Avaliação Bienal e Visão Geral dos Fluxos de Financiamento Climático.

Links relacionados: [relatório](#) e [sumário executivo](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Informações fornecidas pelo Fundo Global para o Meio Ambiente sobre suas atividades relacionadas à preparação de comunicações nacionais, relatórios de atualização bienais e relatórios bienais de transparência. Nota da secretaria.

Data: 31.10.2024.

Órgão Envolvido: Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – Baku, novembro de 2024.

Resumo: O documento fornece informações do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) sobre suas atividades para apoiar os países em desenvolvimento na preparação de comunicações nacionais, relatórios de atualização bienais e relatórios bienais de transparência, conforme solicitado pela Conferência das Partes (COP) em sua vigésima segunda sessão. O GEF detalha o estabelecimento e os aspectos operacionais da Iniciativa de Capacitação para Transparência, incluindo programação, modalidades de implementação e contribuições voluntárias. Os anexos incluem o status dos recursos financeiros aprovados pelo GEF para ajudar as Partes não incluídas no Anexo I na preparação desses relatórios, com dados fornecidos pela secretaria do GEF em 22 de outubro de 2024.

Links Relacionados: [relatório](#)

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Segundo relatório de progresso do SCF da UNFCCC sobre USD 100 bilhões por ano - Resumo Executivo

Data: 29.10.2024.

Órgão Envolvido: Comitê de Finanças

Resumo: Segundo relatório sobre o progresso em direção à meta de mobilizar conjuntamente USD 100 bilhões por ano para atender às necessidades dos países em desenvolvimento no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação.

Links Relacionados: [relatório](#)

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Resumo Executivo do NDR2 - Segundo relatório sobre a determinação das necessidades das Partes dos países em desenvolvimento relacionadas à implementação da Convenção e do Acordo de Paris.

Data: 29.10.2024

Órgão Envolvido: Comitê de Finanças

Resumo: O segundo NDR oferece uma visão geral atualizada das necessidades das Partes dos países em desenvolvimento para enfrentar a mudança climática, de acordo com a Convenção e o Acordo de Paris, com base nas informações e dados disponíveis em nível nacional, regional e global até 30 de junho de 2024.

Links Relacionados: [relatório.](#)

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Segundo relatório sobre a determinação das necessidades das Partes dos países em desenvolvimento relacionadas à implementação da Convenção e do Acordo de Paris.

Data: 29.10.2024

Órgão Envolvido: Comitê de Finanças

Resumo: O segundo NDR, elaborado pelo Comitê Permanente de Finanças (SCF), fornece uma visão geral atualizada das necessidades das Partes dos países em desenvolvimento com base nas informações disponíveis em relatórios nos níveis nacional, regional e global.

Links Relacionados: [relatório.](#)

Perdas e Danos

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório anual conjunto do Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associados aos Impactos das Mudanças Climáticas e da rede de Santiago para prevenir, minimizar e enfrentar perdas e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Data: 28.10.2024.

Órgão Envolvido: Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associados aos Impactos das Mudanças Climáticas.

Resumo: O documento fornece informações sobre o progresso da implementação do segundo plano de trabalho quinquenal em andamento (2023–2027) do Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associados aos Impactos das Mudanças Climáticas, incluindo por meio de seus grupos de especialistas, grupo técnico de especialistas em gestão abrangente de riscos e força-tarefa sobre deslocamento, entre novembro de 2023 e outubro de 2024, e apresenta recomendações do Comitê.

Links Relacionados: [relatório](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório do Conselho do Fundo para Responder a Perdas e Danos. Nota da Secretaria. Adendo.

Data: 31.10.2024

Órgão Envolvido: Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – Baku, novembro de 2024.

Resumo: Este adendo ao relatório do Conselho do Fundo para Responder a Perdas e Danos para a Conferência das Partes em sua vigésima nona sessão e a Conferência das Partes atuando como reunião das Partes no Acordo de Paris em sua sexta sessão captura o progresso e as decisões tomadas na 3ª reunião do Conselho, realizada em Baku de 18 a 20 de setembro de 2024. O texto é reproduzido no anexo conforme recebido do Conselho em 21 de outubro de 2024.

Links Relacionados: [relatório](#).

Florestas

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Submissão e avaliação técnica dos níveis de referência de emissões florestais REDD+ e/ou níveis de referência florestal (FREL) em 2025–2026.

Data: 01.10.2024.

Órgão envolvido: Secretariado da UNFCCC.

Resumo: O Secretariado informou às Partes sobre os prazos propostos para as avaliações técnicas dos níveis de referência (FREL) a serem realizadas em 2025–2026, visando facilitar o

planejamento das Partes dos países em desenvolvimento para a submissão de seus níveis de referência e a organização eficiente das sessões de avaliação técnica pela secretaria. Avisos prévios para submissão devem ser enviados até 11 de novembro de 2024, e o FREL até 27 de janeiro de 2025.

Links relacionados: [mensagem](#).

Mercado de carbono

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Padrões do mecanismo do Artigo 6.4.

Data: 09.10.2024

Órgão envolvido: Órgão Supervisor do Artigo 6.4.

Resumo: Em sua última reunião, o Órgão Supervisor do Artigo 6.4 adotou padrões para metodologias (requisitos para o desenvolvimento e avaliação de projetos no âmbito do Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris) e remoções de gases de efeito estufa (regras para projetos que removem gases de efeito estufa da atmosfera). Esses elementos, solicitados pela CMA, foram aprovados como 'padrões do Órgão de Supervisão', e o SB solicitou que a CMA endosse essa abordagem e forneça orientações adicionais, com o objetivo de garantir que o mecanismo permaneça ágil e adaptável a futuros desenvolvimentos.

Links relacionados: [padrão de remoções](#) e [padrão de metodologias](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: 14ª Reunião do Órgão Supervisor do Artigo 6.4.

Data: 09.10.2024

Órgão envolvido: Órgão Supervisor do Artigo 6.4.

Resumo: O Órgão Supervisor do Artigo 6.4 publicou o relatório de sua 14ª reunião, que resume os principais tópicos discutidos.

Links relacionados: [relatório](#).

Transparência

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório sobre contribuições das Partes na versão de teste das ferramentas de relatório do quadro de transparência aprimorado (Enhanced Transparency Framework – ETF).

Data: 08.10.2024.

Órgão envolvido: SBSTA.

Resumo: O relatório apresenta informações sobre como as contribuições fornecidas pelas Partes foram consideradas na versão final das ferramentas de relatório do quadro de transparência aprimorado. As Partes forneceram contribuições com base em suas experiências de uso da versão de teste disponibilizada em agosto de 2023 e atualizada em novembro de 2023 e abril de 2024.

Links relacionados: [relatório](#).

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório do Grupo Consultivo de Especialistas.

Data: 01.10.2024.

Órgão envolvido: Grupo Consultivo de Especialistas.

Resumo: O relatório resume o progresso do Grupo Consultivo de Especialistas na implementação de seu plano de trabalho para 2024, incluindo os procedimentos e resultados de suas duas reuniões regulares em 2024. O CGE destaca a importância do trabalho realizado em 2024, que foi focado em fornecer suporte técnico e aconselhamento às Partes dos países em desenvolvimento, com o objetivo de facilitar a preparação e a submissão oportuna de seus primeiros relatórios de transparência bienais (devidos até 31 de dezembro de 2024).

Links relacionados: [relatório](#).

Vai acontecer em Novembro:

Geral

Tipo de Evento: Conferência das Partes.

Assunto: 29ª sessão da Conferência das Partes da UNFCCC (COP 29) e 6ª da Conferência das Partes do Acordo de Paris (CMA 6).

Data: 11 a 22.11.2024.

Órgão envolvido: Secretariado da UNFCCC.

Resumo: Baku, Azerbaijão, será a sede da Conferência sobre Mudanças Climáticas, que inclui a 29ª sessão da Conferência das Partes da UNFCCC (COP 29) e a 6ª sessão da Conferência das Partes do Acordo de Paris (CMA 6), além da 19ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (CMP 19).

A [agenda provisória](#) da CMA inclui os seguintes tópicos:

1. Questões relacionadas ao Balanço Global.

2. Programa de trabalho sobre transição justa dos Emirados Árabes Unidos.
3. Programa de trabalho sobre ambição e implementação da mitigação de Sharm el-Sheikh.
4. Orientações adicionais sobre características das Contribuições Nacionalmente Determinadas, conforme mencionado no parágrafo 26 da decisão 1/CP.21.
5. Relatórios e revisões conforme o Artigo 13 do Acordo de Paris.
6. Questões relacionadas à adaptação: (a) meta global sobre adaptação; (b) relatório do Comitê de Adaptação; (c) revisão do progresso, eficácia e desempenho do Comitê de Adaptação.
7. Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associados aos Impactos das Mudanças Climáticas e Comitê Executivo e a rede de Santiago para evitar, minimizar e abordar perdas e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas.
8. Questões relacionadas a financiamento: (a) Nova Meta Coletiva Quantificada para Financiamento Climático; (b) questões relacionadas ao Comitê Permanente de Finanças; (c) orientações ao Fundo Verde para o Clima; (d) orientações ao Fundo Global para o Meio Ambiente; (e) relatório do Fundo para responder a perdas e danos e orientações para o Fundo; (f) arranjos entre a COP, a CMA e o Conselho do Fundo para Perdas e Danos; (g) questões relacionadas ao Fundo de Adaptação; (h) diálogo de Sharm el-Sheikh sobre o escopo do Artigo 2.1(c) e do Artigo 9 do Acordo de Paris; (i) relatório das Partes dos países desenvolvidos sobre a duplicação da provisão coletiva de financiamento climático para adaptação aos países em desenvolvimento em relação aos níveis de 2019 até 2025; (j) diálogo dos Emirados Árabes Unidos sobre a implementação dos resultados do balanço global; (k) sétima revisão do Mecanismo Financeiro.
9. Questões relacionadas ao desenvolvimento e transferência de tecnologia.
10. Questões relacionadas ao fortalecimento de capacidades.
11. Relatório do fórum sobre o impacto da implementação das medidas de resposta.
12. Questões relacionadas ao Artigo 6 do Acordo de Paris: (a) orientações sobre abordagens cooperativas referidas no Artigo 6.2 e na decisão 2/CMA.3; (b) regras, modalidades e procedimentos para o mecanismo estabelecido pelo Artigo 6.4 e referido na decisão 3/CMA.3; (c) programa de trabalho no âmbito do quadro para abordagens não mercadológicas referidas no Artigo 6.8 e na decisão 4/CMA.3.
13. Questões relacionadas ao comitê para facilitar a implementação e promover a conformidade referida no Artigo 15.2 do Acordo de Paris.
14. Necessidades e circunstâncias especiais da África.

Além dos temas comuns com a CMA, a [agenda provisória](#) da COP inclui:

1. Relatórios dos órgãos subsidiários: (a) Relatório do Órgão Subsidiário de Consultoria Científica e Tecnológica (SBSTA); (b) Relatório do Órgão Subsidiário para Implementação (SBI).

2. Relatórios e revisão das Partes incluídas no Anexo I da Convenção e relatórios das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção.
3. Questões relacionadas aos países menos desenvolvidos.
4. Revisão periódica da meta global de longo prazo sob a Convenção e do progresso geral em direção ao seu cumprimento.
5. Gênero e mudanças climáticas.
6. Consideração de propostas das Partes para emendas à Convenção sob o Artigo 15: (a) proposta da Federação Russa para emendar o Artigo 4, parágrafo 2(f), da Convenção; (b) proposta da Papua Nova Guiné e do México para emendar os Artigos 7 e 18 da Convenção.
7. Segunda revisão da adequação do Artigo 4, parágrafo 2(a–b), da Convenção.
8. Diálogos facilitadores sobre montanhas e mudanças climáticas.
9. Estabelecimento de um centro regional para tecnologias de mudança climática na Ásia Central.

Além disso, de 11 a 16 de novembro, haverá a 61ª Sessão do Órgão Subsidiário de Consultoria Científica e Tecnológica (SBSTA) e a 61ª Sessão do Órgão Subsidiário para Implementação (SBI). Os órgãos subsidiários realizam discussões técnicas preliminares, preparando os documentos para negociação entre as Partes. Aqui estão as agendas provisórias do [SBSTA](#) e do [SBI](#).

Juntamente com a Conferência Climática, muitos eventos ocorrerão, incluindo eventos políticos, como a Cúpula Mundial de Ação Climática e o Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e de Governo. Os eventos programados podem ser encontrados no [cronograma geral](#).

Links relacionados: [página da Conferência de Baku](#) e [guia para observadores](#).

Mercados de carbono

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 6ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas.

Data: 11 a 16.11.2024

Órgão envolvido: Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas.

Resumo: Até a data deste boletim, a agenda do evento ainda não havia sido divulgada.

Links relacionados: [página do evento](#).

Povos Indígenas e Comunidades Locais

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 12ª reunião do Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

Data: 05 a 08.10.2024

Órgão envolvido: Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

Resumo: A reunião incluirá a revisão do progresso nas decisões da 12ª reunião do Grupo de Trabalho Facilitador, a análise da implementação do plano de trabalho da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas e a transição para o plano de trabalho de 2025-2027.

Links relacionados: [página do evento](#).

Transição Justa

Tipo de Evento: Mesa Redonda.

Assunto: Segunda Mesa Redonda Ministerial de Alto Nível sobre Transição Justa.

Data: 18 de novembro de 2024.

Órgão Envolvido: Secretariado da UNFCCC.

Resumo: A mesa redonda é uma continuidade da mesa redonda ministerial de alto nível sobre transição justa realizada na CMA 4.

Links Relacionados: [página do evento](#) e [notificação](#).

Chamados de submissões:

Chamado de submissões ativas

Chamados de submissões ativas, ou seja, sem prazo definido ou com prazo expirado, mas que receberam submissões no último mês.

Tema	Chamado	Prazo	Submissões no último mês
Adaptação Meta Global de Adaptação	Visões sobre as questões relativas ao parágrafo 38 da Decisão 2/CMA.5.	30/09	EUA (18/10) Austrália (08/10) Canadá (02/10)
Balanco Global Modalidades do diálogo dos Emirados Árabes Unidos para implementação dos	Visões sobre as modalidades do diálogo dos Emirados Árabes Unidos.	14/09	EIG (31/10) Noruega (15/10) União Europeia (11/10) LDCs (08/10) LMDC (01/10)

resultados do balanço global			
Geral Arranjos para reuniões intergovernamentais	Visões das Partes e observadores sobre aprimoramento da agenda provisória de órgãos de governança e órgãos subsidiárias	30/03	BASIC (28/10)
Geral Dia de Informação da Terra 2024 – Pesquisa e Observação Sistemática	Apresentar suas visões sobre os possíveis temas para e formas de organizar o Dia de Informação da Terra 2024, a ser realizado em conjunto com o SBSTA 61.	30/08	AGN (08/10) Reino Unido (08/10)
Perdas e danos Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre perdas e danos associados com os impactos das mudanças climáticas	Contribuições para a revisão do Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre perdas e danos associados com os impactos das mudanças climáticas, incluindo as forças, fraquezas, lacunas, desafios e oportunidades de aprimoramento, o uso e a utilidade dos resultados do mecanismo, a implementação de suas funções e outras contribuições para promover a implementação das abordagens para evitar e minimizar perdas e danos climáticos.	29/09	LDC (15/10) Canadá (11/10) Vanuatu (08/10) Austrália (03/10) EUA (01/10)
Transição Justa Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos para Transição Justa – visões sobre os tópicos relevantes para os diálogos	Oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes para os tópicos dos diálogos.	N/A	União Europeia (16/10) G77 + China (02/10)

Chamado de submissões com prazo aberto

Tema	Chamado	Prazo	Submissões no último mês
Adaptação Meta Global de Adaptação	Visões sobre o programa de trabalho UAE-Belém sobre indicadores para medir progresso para atingimento das metas e modalidade do programa de trabalho UAE-Belém, incluindo organização dos	30/12	Nenhuma

	trabalhos, prazos, contribuições, resultados e envolvimento de stakeholders.		
Agricultura Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre implementação da ação climática na agricultura e segurança alimentar	Apresentar informações sobre as atividades relacionadas ao grupo de trabalho conjunto e sugestões para os workshops quanto a temas, opções do formato e palestrantes.	30/12	Nenhuma
Agricultura Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre implementação da ação climática na agricultura e segurança alimentar	Visões sobre o workshop do tema de abordagens sistêmicas e holísticas de implementação de ação climática na agricultura e segurança alimentar, compreensão, cooperação e integração em planos.	28/02/25	Nenhuma
Agricultura Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre implementação da ação climática na agricultura e segurança alimentar	Visões sobre o workshop do tema progresso, desafios e oportunidades na identificação de necessidades e acesso a meios de implementação da ação climática na agricultura e segurança alimentar, incluindo compartilhamento de melhores práticas.	01/03/26	Nenhuma
Geral Pesquisa e Observação Sistemática	Apresentar suas visões sobre os possíveis temas para a 17ª reunião do diálogo de pesquisa, a ser realizado em conjunto com o SBSTA 62.	14/03/25	Nenhuma
Medidas de resposta Questões relacionadas ao fórum de impactos da implementação de medidas de resposta servindo para a Convenção, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris	Visões sobre possíveis tópicos para os diálogos globais na implementação das medidas de resposta em 2025.	14/07/25	Nenhuma
Mercado de carbono Programa de trabalho sobre abordagens não mercadológicas	Visões e informação sobre o progresso e os resultados da primeira fase de implementação das atividades do programa de trabalho e visões sobre melhoria e recomendação de cronograma	30/08	Nenhuma

referidas no Artigo 6.8 do Acordo de Paris	para implementação das atividades do plano de trabalho da segunda fase.		
<p>Povos Indígenas e Comunidades Locais</p> <p>Compartilhamento de práticas específicas e histórias relacionadas ao desenvolvimento e uso de conhecimento e materiais indígenas em sistemas educacionais formais e informais, no contexto das mudanças climáticas.</p>	<p>Compartilhamento de práticas e histórias relacionadas ao desenvolvimento e uso de currículos e materiais gerados por Povos Indígenas.</p> <p>As submissões de práticas e histórias relevantes devem estar no contexto das mudanças climáticas e destacar o conhecimento indígena nos sistemas de educação formal e informal. Isso inclui fornecer diretrizes para a utilização ética e equitativa desses recursos.</p>	30/10	Nenhuma
<p>Povos Indígenas e Comunidades Locais</p> <p>Compartilhamento de práticas e histórias relevantes sobre o aprimoramento do engajamento baseado em direitos de povos indígenas e comunidades locais na formulação de políticas nacionais de clima, como parte da implementação do plano de trabalho da LCIPP para 2022-2024.</p>	<p>Compartilhamento de práticas e histórias relevantes sobre o aprimoramento do engajamento baseado em direitos de povos indígenas e comunidades locais na formulação de políticas nacionais de clima, com ênfase na participação de mulheres e jovens indígenas, assim como mulheres e jovens de comunidades locais, em conformidade com as salvaguardas internacionais baseadas em direitos e os protocolos culturais dos povos indígenas.</p>	30/10	Canadá (30/10)
<p>Transparência</p> <p>Experiência e desafios relacionados à implementação do Artigo 13 do Acordo de Paris como parte das atividades determinadas na Decisão 18/CMA.5</p>	<p>Informações sobre a experiência e desafios relacionados à implementação do Artigo 13 do Acordo de Paris, incluindo a relação entre o estabelecimento e o aprimoramento da capacidade institucional e reporte nacional</p>	30/03/25	Nenhuma

Submissões apresentadas pelo Brasil em Outubro:

Geral

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: Presidências de SBI/SBSTA, COP29, CMP19 e CMA6.

Assunto: Preocupações com Medidas Comerciais Unilaterais Relacionadas ao Clima e Cooperação Internacional na COP29.

Data: 28.10.2024.

Bloco político: BASIC

Resumo: Brasil apresenta submissão sobre Preocupações com Medidas Comerciais Unilaterais Relacionadas ao Clima e Cooperação Internacional na COP29

A submissão, apresentada no dia 28 de outubro de 2024 pela China em nome do grupo BASIC (Brasil, China, Índia e África do Sul), solicitou que fosse incluído um item específico na agenda provisória da SBI/SBSTA, COP29, CMP19 e CMA6, em conformidade com a Regra 10(d) das Regras de Procedimento provisórias da UNFCCC. O item proposto é intitulado “Preocupações com medidas unilaterais restritivas de comércio relacionadas às mudanças climáticas e identificação de formas de promover a cooperação internacional em linha com o resultado da primeira GST”.

O grupo afirma que medidas comerciais unilaterais, adotadas por países desenvolvidos sob o pretexto de objetivos climáticos, representam uma preocupação sistêmica devido aos efeitos desproporcionais e adversos que causam aos países em desenvolvimento. Segundo a submissão, tais medidas aumentam o custo da ação climática global, dificultam os esforços dos países em desenvolvimento para avançarem em seus compromissos e ambições climáticas, assim como minam a base da cooperação multilateral e violam os princípios e disposições da UNFCCC, do Protocolo de Kyoto, do Acordo de Paris e do Consenso de UAE.

O BASIC considera que as Partes da UNFCCC têm a obrigação de enviar um sinal claro e forte de compromisso com o multilateralismo e a cooperação global como a maneira mais eficaz e justa de responder às mudanças climáticas. O grupo também apela aos parceiros para que busquem soluções cooperativas e estabeleçam parcerias que estimulem a produção e o acesso ao comércio de bens e serviços sustentáveis, em conformidade com as disposições legais existentes.

A submissão manifesta preocupação com as tendências em direção ao unilateralismo, protecionismo comercial e fragmentação da cooperação internacional, ressaltando que essas tendências ameaçam a confiança e, conseqüentemente, a ação climática ambiciosa. Para reverter esses cenários, o grupo defende que a comunidade internacional deve reafirmar seu compromisso com um ambiente internacional propício ao desenvolvimento sustentável e com processos de tomada de decisão global que sejam inclusivos e equitativos, representando a inteligência coletiva e as aspirações de desenvolvimento da humanidade, com vistas à prosperidade compartilhada.

O documento encoraja as Partes a se engajarem de boa fé para abordar as preocupações com as medidas unilaterais restritivas de comércio baseadas em supostos objetivos climáticos, assim como reitera sua oposição à politização das questões climáticas e a todas as formas de unilateralismo e protecionismo. Também ressalta que as medidas unilaterais com

impactos transfronteiriços negativos violam os objetivos e princípios da UNFCCC e do Acordo de Paris, desviam-se das visões estabelecidas no Consenso de UAE, em especial o resultado do primeiro GST, e minam gravemente a cooperação multilateral, a capacidade dos países afetados de combater as mudanças climáticas e aumentam o custo da ação climática global e da cooperação.

Por fim, o grupo BASIC defende que as Partes se oponham coletivamente a quaisquer medidas que restrinjam o comércio e o investimento e à criação de novas barreiras comerciais verdes, como ajustes unilaterais de carbono nas fronteiras e requisitos de diligência, sob o pretexto de enfrentar as mudanças climáticas, medidas que, segundo o grupo, são incompatíveis com as regras multilaterais e os princípios fundamentais da UNFCCC e do Acordo de Paris, como equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e capacidades respectivas (CBDR-RC), considerando as diferentes circunstâncias nacionais.

O grupo BASIC fundamenta sua submissão nos seguintes disposições legais internacionais:

-Artigo 26 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

-Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Princípio 11 e 12

-Artigo 3.5 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

-Artigo 2.3 e 3.14 do Protocolo de Kyoto

-Artigo 4.15 do Acordo de Paris

-Parágrafo 154, Decisão 1/CMA.5 – Resultado do primeiro balanço global

-Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU (2015) - Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Objetivos 2 e 17

-Pacto das Nações Unidas para o Futuro, Pacto Digital Global e Declaração sobre as Futuras Gerações, Ação 5 e 24

Links relacionados: [Submissão](#).

Transição Justa

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: SBSTA e SBI.

Assunto: Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos.

Data: 02.10.2024.

Bloco político: G77 + China

Resumo: A submissão foi realizada para o segundo diálogo no âmbito do Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos. O G77 + China abordou as negociações sobre mudança climática e os caminhos para transições justas, com foco na equidade e no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e suas respectivas capacidades.

O grupo destacou no documento que os países desenvolvidos são historicamente os maiores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa e devem liderar os esforços de redução de emissões. Além disso, apontou ser essencial que eles ofereçam apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento, de maneira a assegurar a justiça climática em todos os caminhos de transição propostos.

Outro ponto central trazido pela submissão foi a necessidade de que as estratégias de transição estejam fortemente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O G77 + China alertou que os esforços para mitigar os impactos das mudanças climáticas não devem prejudicar as perspectivas de desenvolvimento dos países, pelo contrário, essas iniciativas devem fomentar o crescimento econômico sustentável e contribuir para a erradicação da pobreza, respeitando os modelos de desenvolvimento de cada país.

A manifestação também destacou a necessidade de que o segundo diálogo refletisse de forma mais adequada os apelos do grupo por uma maior ênfase na adaptação e na cooperação internacional, vistas como essenciais para viabilizar os meios de implementação. Embora a transição no mercado de trabalho seja considerada importante pelo bloco - aspecto que é especialmente reforçado por países desenvolvidos -, a submissão ressaltou que os diálogos não deveriam ter se concentrado exclusivamente nesse tema, que já havia sido amplamente discutido em diversas instâncias.

O grupo de países enfatizou, ainda, que a transição justa da força de trabalho, apesar de contar com fortes defensores em países com sindicatos robustos, não reflete adequadamente a realidade da maioria dos países em desenvolvimento. Esses países, de acordo com a manifestação do bloco, estão se esforçando para aumentar a participação comunitária na definição de seus próprios caminhos para uma transição justa. O grupo alertou que o foco exclusivo no tema da força de trabalho enfraquece a atenção dada a outros grupos vulneráveis nos países em desenvolvimento, como os trabalhadores do setor informal e as micro e pequenas empresas, que muitas vezes não possuem sindicatos fortes ou meios robustos de implementação.

Adicionalmente, o documento reforçou que as políticas voltadas para a transição no mercado de trabalho devem estar alinhadas com os ODS. Ressaltou também que, nos países em desenvolvimento, nos quais, segundo o grupo, os formuladores de políticas enfrentam o desafio de alocar recursos escassos, uma transição mal conduzida pode prejudicar tanto os esforços de mitigação das mudanças climáticas quanto as metas de desenvolvimento sustentável.

A submissão defendeu, ainda, que o Programa de Trabalho de Transição Justa amplie seu escopo de avaliação, incluindo não apenas os impactos sobre os trabalhadores, mas também levando em conta as dimensões sociais, econômicas e ambientais, alinhadas aos modelos de desenvolvimento sustentável. Com a dimensão de mitigação já amplamente discutida, o documento sugeriu que o foco passe agora a incluir estratégias de adaptação e que trabalhadores, empregadores, comunidades e Povos Indígenas sejam implicados, a fim de garantir uma transição justa e equitativa, na qual todas as partes afetadas tenham voz.

Assim, a submissão enfatizou que o fortalecimento da cooperação internacional é essencial para facilitar a troca de boas práticas e a prestação de apoio, particularmente para os países que dispõem de menos recursos. Segundo o grupo, esse apoio deve abranger financiamento,

transferência de tecnologia e capacitação, reconhecendo que a crise climática é um desafio global que requer uma resposta igualmente colaborativa.

Ademais, o documento destacou a insuficiência de recursos financeiros adequados, acessíveis e previsíveis como um obstáculo significativo para que os países em desenvolvimento implementem seus planos de transição justa. Para superar tais dificuldades, a submissão apontou que é necessário que os países desenvolvidos cumpram os compromissos já assumidos de apoio financeiro, incluindo a meta de US\$ 100 bilhões anuais de financiamento climático - que deveria ter sido atingida em 2020 - e que garantam que a nova meta coletiva quantificada (NCQG) também seja cumprida.

O grupo sugeriu, ainda, que um mecanismo transparente e responsável para monitorar os fluxos de financiamento climático deve ser estabelecido, assegurando que os recursos estejam de fato sendo direcionados para os países que mais necessitam. Além disso, a submissão destacou a importância de promover mecanismos financeiros que evitem a criação de dívidas insustentáveis, garantindo que o apoio financeiro não sobrecarregue os países em desenvolvimento.

Outros pontos importantes mencionados pelo documento foram a falta de um suporte aprimorado para a transferência de tecnologia e as barreiras no acesso a essas tecnologias. O grupo destacou que a cooperação internacional fragmentada tem enfraquecido a implementação de tecnologias ambientais e climáticas, além de enfatizar a necessidade urgente de fortalecer o uso de tecnologias baseadas no conhecimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais. Como solução, a submissão propôs a criação de parcerias internacionais e de plataformas que facilitem o compartilhamento de tecnologias climáticas, com foco em áreas como energias renováveis, eficiência energética e agricultura sustentável, permitindo que os países em desenvolvimento tenham acesso a inovações que contribuam para uma transição justa e sustentável.

A submissão apontou que os países em desenvolvimento enfrentam desafios significativos no fornecimento de programas de capacitação adequados, especialmente para trabalhadores que operam fora da economia formal, destacando que a capacitação necessária para uma transição justa exige uma transformação ampla do setor educacional, o que demanda planos financeiros altamente ambiciosos. A manifestação ressaltou, ainda, que os programas de capacitação propostos pelo grupo devem focar tanto no aprimoramento de habilidades técnicas quanto na construção de capacidades políticas e de implementação.

Apesar dos desafios, o G77 + China identificou oportunidades para fortalecer a cooperação internacional, particularmente ao promover o cumprimento das obrigações dos países desenvolvidos. A submissão sublinhou que o diálogo internacional deve concentrar-se nesses pontos, assegurando que os países desenvolvidos contribuam com os recursos e apoio necessários para viabilizar a transição justa, além de evitar medidas unilaterais que possam prejudicar esses esforços.

Por fim, o documento destacou que é essencial que tanto as Partes quanto os atores não-Partes intensifiquem seus esforços na implementação de acordos ambientais multilaterais, como as Convenções do Rio, com o objetivo de alcançar as metas de longo prazo estabelecidas pelo Acordo de Paris e pelos ODS de forma sinérgica e eficaz.

Links relacionados: [submissão](#).

Glossário

Acordo de Paris: Tratado internacional de mudanças climáticas assinado em 2015 e em vigor desde 2016. Tratado de implementação vinculado à UNFCCC.

AILAC: Associação Independente da América Latina e Caribe. Grupo de países.

AOSIS. Alliance of Small Island States. Grupo formado pelos pequenos países insulares.

BASIC. Grupo de países composto por Brasil, China, Índia e África do Sul.

CMA: Conferência das Partes do Acordo de Paris. É a reunião anual das Partes do Acordo de Paris para tomada de decisões de implementação do tratado.

COP: Conferência das Partes da UNFCCC. É a reunião anual das Partes da UNFCCC para tomada de decisões de implementação do tratado.

EIG: Environmental Integrity Group. Grupo de países.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

G77 + China. Coalizão dos países em desenvolvimento.

LDC. Least Developed Countries. Grupo de países formado pelos países menos desenvolvidos.

LMDC. Like-Minded Group of Developing Countries. Grupo de países formado por países em desenvolvimento com visões semelhantes.

NDC: Contribuição Nacionalmente Determinada (Nationally Determined Contribution), documento individual apresentado pelas Partes do Acordo de Paris que contém a contribuição daquela Parte para evitar o aumento de temperatura da Terra em mais de 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais e cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

Parte(s): país(es) membro(s) da UNFCCC e do Acordo de Paris.

PCCB: Comitê de Paris de Capacitação Técnica.

SBI: Órgão Subsidiário de Implementação (Subsidiary Body for Implementation).

SBSTA: Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico e Científico (Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice).

Stakeholders: atores estatais ou não-estatais, entidades públicas ou privadas, credenciadas ou não como “observadoras” do sistema da UNFCCC que possuem interesse nos temas negociados.

Submissão: documento pelo qual uma parte interessada apresenta manifestação com sua visão sobre determinado ponto de discussão nas negociações, podendo conter contribuições técnicas e científicas, e recomendações e propostas concretas de como tal ponto de discussão deve ser tratado e resolvido entre as Partes na negociação.

SUR. Grupo de países composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou “Convenção do Clima” (United Nations Framework Convention on Climate Change), tratado internacional assinado em 1992, do qual o Acordo de Paris faz parte.

Saiba mais sobre o Acordo de Paris e a COP 28

O Acordo de Paris de 2015 é um tratado internacional de abrangência praticamente universal, com 193 países-membros. Ele é vinculado à UNFCCC, um sistema de tratado internacional “guarda-chuva”, que prevê princípios, diretrizes e políticas mais amplas para que a comunidade global cooperativamente possa enfrentar a crise climática. Um dos principais objetivos do Acordo é impedir o aumento da temperatura global acima de 1.5°C ou mantê-lo bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, um limite que a ciência demonstrou ser “o ponto de não-retorno”, com efeitos devastadores para a vida na Terra. Além disso, o Acordo de Paris tem o objetivo de tornar os países resilientes à mudança do clima e de descarbonizar os fluxos financeiros.

Para saber mais sobre o Acordo de Paris e entender os principais temas da negociação, leia nossas publicações [“Acordo de Paris: um guia para os perplexos”](#) e [“Rumo à COP: guia de bolso para entender as negociações do clima – edição COP29”](#). Para saber mais sobre os resultados da COP 28, leia o nosso Resumão: [parte 1](#) e [parte 2](#).

**Boletim elaborado por André Castro, Maria Gabriella Souza e Thais Stoppe.*